

As Perspetivas e o Futuro da Europa

Joel Hasse Ferreira*

Resumo

Da falhada Convenção Europeia ao Tratado de Lisboa, houve um caminho feito, nomeadamente na delimitação que cada Estado pode definir para as áreas de interesse geral, não submetidas às regras dominantes da concorrência, na venda de bens e serviços.

A questão central, hoje em dia, é a da criação de mecanismos que facilitem uma efetiva governação económica europeia, cada vez mais necessária a partir da criação do Euro. Da Europa dos Seis à Europa dos 28, um longo caminho foi percorrido. É preciso agora dar um novo impulso que corresponda às aspirações fundamentais dos europeus.

Palavras-chave: euro, Europa, governação económica, Tratado de Lisboa

Abstract

From the failed European Convention to the Treaty of Lisbon, a path was made, particularly in defining what each state can set in the areas of general interest, not subjected to the prevailing rules of competition in the sale of goods and services.

* Professor Catedrático do Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais da ULHT

- 134 The central question today is the creation of mechanisms to facilitate effective European economic governance, increasingly required since the creation of the Euro. From the Europe of the Six to the Europe of 28, a long way was covered. We must now give a new impulse that matches the fundamental aspirations of the Europeans.

Keywords: euro, Europe, economic governance, Treaty of Lisbon

O Tratado de Lisboa veio, de certa forma, preparar as condições para um novo impulso no processo da construção europeia. O falhado projeto convencional, mal conduzido pelo ex-Presidente francês Valéry Giscard d'Estaing, tinha dado origem a *Uma Constituição para a Europa*, rejeitada através de referendos pelos eleitores de dois dos Estados fundadores deste complexo edifício político: a República francesa e a Monarquia holandesa. Essa dupla rejeição travou, desde logo, o avanço desse processo que pretendia criar uma Constituição Europeia.

Após um período de pausa, entrecortado por referendos como o luxemburguês, seguiu-se um complexo processo político e negocial, que veio a desembocar num documento, duramente negociado, o qual veio a ser assinado em Lisboa, durante a Presidência portuguesa da União Europeia, tendo por isso recebido o nome de Tratado de Lisboa. Seguiu-se a saga irlandesa, com uma primeira rejeição referendária e depois uma votação favorável após terem sido introduzidas algumas alterações no texto do Tratado inicialmente proposto e assumidos alguns compromissos complementares.

A União Europeia é uma construção política de tipo novo, combinando aspetos intergovernamentais, de carácter federal e outros mais próprios de uma Confederação, havendo ainda domínios ditos de cooperação reforçada, onde se trabalha a duas velocidades, de acordo com a vontade de cada Estado-membro e as características específicas que esse Estado evidencia, em cada momento, na área em causa.

O Tratado de Lisboa abre algum espaço para soluções específicas, nomeadamente através do Protocolo sobre os Serviços de Interesse Geral (SIG), de acordo com o qual cada Estado-membro da União tem competência para definir as áreas que são de interesse geral e que, portanto, não serão abertas nem submetidas às regras da concorrência dominantes no mercado interno europeu. E esse aspeto reveste particular relevância no que se refere designadamente aos apoios às organizações sociais, às políticas e medidas nas áreas da habitação social e também da saúde. Ou seja, este Protocolo sobre os Serviços de Interesse Geral clarifica as relações, por vezes polémicas, entre o funcionamento das organizações sociais europeias e o funcionamento do mercado interno, regido pelas regras da concorrência leal e orientado na base da competitividade.

Esse Protocolo sobre os SIG abre, assim, especialmente espaços nas áreas sociais e de interesse geral para a comunidade nacional em

causa, ao mesmo tempo que facilita a consolidação legal e as possibilidades de apoios técnicos e financeiros a organizações sociais, de carácter local, regional, sectorial e nacional, intervenientes nos diferentes Estados membros. Para a própria Comissão Europeia será mais fácil aplicar os seus esforços no apoio à formação e aperfeiçoamento de voluntários e trabalhadores remunerados destas organizações sociais.

Claro que se andou muito desde 1957, quando foram criadas em Roma a Comunidade Económica Europeia e o Eurátomo. Mas o caminho faz-se andando. Amesterdão, Maastricht, Nice foram etapas neste processo, sempre evolutivo, buscando gradualmente uma integração mais adequada às novas circunstâncias e necessidades do processo de construção europeia.

Hoje em dia, aparece como uma questão central, na perspetiva de superação e prevenção das crises financeiras, a criação de mecanismos legais e práticos que permitam uma real governação económica europeia. A criação da moeda única veio a estruturar uma zona Euro, com um Conselho de Ministros próprio.

Em fevereiro de 2010, o ex-primeiro ministro belga Herman Van Rompuy, Presidente não rotativo do Conselho Europeu, com os novos poderes que foram atribuídos ao seu cargo pelo texto do Tratado de Lisboa, abriu finalmente o caminho no sentido da Governação Económica Europeia, a propósito da superação da crise financeira grega e das dificuldades globais da economia europeia considerada no seu conjunto e dos problemas sentidos na elaboração dos Orçamentos de Estado e do controlo das contas públicas de numerosos países europeus.

Desde há muito tempo que alguns de nós defendíamos a necessidade de uma real e eficaz Governação Económica Europeia. Eu próprio o fiz, abordando esse assunto com clareza, nas páginas desta revista e, ulteriormente, no Congresso de Ciência Política, aliás bem acompanhado por Guilherme d'Oliveira Martins, em diversas instâncias.

A designação de Vítor Constâncio para vice-presidente do Banco Central Europeu (BCE) poderia abrir novas perspetivas ao desenvolvimento e à consolidação da vertente económica da chamada União Económica e Monetária e à efetiva colaboração do BCE no pretendido avanço para a almejada Governação Económica Europeia. Temos que ter em conta que, durante quase todo o período da presidência de Jean Claude Trichet no BCE, as prioridades da atuação do Banco Central Europeu foram dadas à estabilidade da moeda e dos preços, ou seja à

luta contra a inflação e à valorização do Euro como moeda europeia e de referência internacional, subalternizando a realidade económica e praticamente ignorando os aspetos sociais.

A extraordinária formação económica de Vítor Constâncio e a sua reconhecida sensibilidade social deveria levar ao coração do sistema monetário europeu a possibilidade de alinhar também as políticas financeiras com as necessidades de desenvolvimento económico e com as políticas sociais solidárias, características do modelo social europeu. A ulterior nomeação de Mário Draghi para a liderança do BCE terá constituído uma decisão bem positiva para o funcionamento das instituições.

A perspetiva de desenvolvimento económico e social europeu é, assim, um aspeto decisivo na atual fase do processo de construção europeia. O que é particularmente relevante neste contexto de grandes dificuldades sociais, nomeadamente no domínio do emprego, na altura em que se tenta superar a grave crise económica provocada pela duríssima crise financeira, associada a um significativo conjunto de erros da Administração Bush, ao falhanço de alguns sistemas de regulação na América do Norte, e ainda às estratégias aventureiras no domínio hipotecário, aplicadas especialmente em Espanha e nos Estados Unidos (as quais provocaram a chamada crise do *subprime*).

O projeto de construção da unidade europeia, para ser bem aceite pelas populações dos vários Estados membros, tem que prestar uma grande atenção aos problemas que mais interessam às pessoas. E se em domínios como o da proteção e defesa dos consumidores a atuação da União Europeia é globalmente muito positiva, noutros como os que se referem às áreas sociais e do emprego, a atuação tem sido tibia, nomeadamente nos últimos anos. Nesses domínios, a Europa da União precisa efetivamente de um novo impulso, que possa corresponder melhor às aspirações das populações europeias e à modificação das orientações políticas, sociais e económicas de três grandes parceiros mundiais, os Estados Unidos da América, o Japão e o Brasil, agora em crise.

Por outro lado, não basta articular melhor a atuação do Banco Central Europeu com o ECOFIN, o Conselho Europeu dos Ministros Europeus de Economia e Finanças. É necessário também estabelecer os mecanismos de previsão atempada e rigorosa, de auditoria independente e eficaz bem como de fiscalização isenta e empenhada, que possam limitar os efeitos das crises derivadas do habitual funcionamento desre-

gulado das economias de mercado sem setores sociais e/ou públicos de dimensão adequada e impedi-los ou esbatê-los nas chamadas economias sociais de mercado, com equilibrados mecanismos de regulação.

Neste contexto, a importância do setor social da economia deveria merecer outro reconhecimento por parte de outras instituições da União Europeia, na linha do que o Parlamento tem feito. Efetivamente, em 2009, o Plenário do Parlamento Europeu aprovou um Relatório sobre Economia Social, com um significativo conjunto de recomendações cobrindo as diversas áreas da economia social, um domínio que sofreu também os impactos muito negativos da crise financeira, sem ter tido quaisquer responsabilidades na sua eclosão e no seu desenvolvimento. Estes aspetos também têm sido discutidos no Congresso Europeu das Cooperativas.

Uma Europa virada para o futuro terá de ser solidária, bem gerida, desenvolvida e aberta ao Mundo. E essa abertura ao mundo passa pelo reforço de uma atuação correta nos domínios da política externa, do comércio e da cooperação internacional. Como no plano energético, tem de integrar a gradual mudança para estratégias simultaneamente menos poluentes e mais eficientes, enquanto no domínio ambiental e climático se exige também um avanço significativo a caminho de um novo paradigma em gestação.

Mas, entretanto, têm-se desenvolvido sucessivos processos de alargamento da União Europeia, estando em curso negociações de cariz diverso e com velocidades significativamente diferentes. Atualmente, as negociações mais bem encaminhadas referem-se a Estados localizados nos Balcãs Ocidentais, com particular relevo para a Croácia, entrada na União a meio do ano de 2013. E as mais demoradas têm sido com a Turquia, encetadas formalmente em outubro de 2005, por decisão unânime do Conselho de Ministros Europeu, mas que têm deparado com resistências não formalizadas em Conselho Europeu por parte de relevantes dirigentes, especialmente da Alemanha. Outra candidatura tem merecido grande interesse por parte de vários Estados-membros, a da Islândia, a qual tem oscilado nas suas posições face à União Europeia.

Mas as relações da Europa com o resto do mundo passam também pela cooperação com outras zonas do Globo e pelo assumir de responsabilidades políticas e militares, no âmbito da manutenção da paz e em articulação com as organizações internacionais, entre as quais a ONU é obviamente a mais relevante.

A designada cooperação transatlântica, especificamente com os Estados Unidos da América, tem um papel determinante para a paz mundial bem como para áreas tão relevantes como o comércio internacional, os domínios climatérico e ambiental, não nos podendo esquecer das políticas energéticas e do próprio desenvolvimento científico e tecnológico. A eleição e a reeleição presidencial de Barack Hussein Obama abriram perspectivas novas para uma mais profunda cooperação estratégica transatlântica.

Por outro lado, impõe-se reforçar a cooperação com o Brasil, a grande potência latino-americana (hoje em crise), na esteira da Cimeira Brasil-Europa, realizada em 2007, durante a Presidência Portuguesa da União Europeia. O Brasil tem procurado liderar o esforço latino-americano para uma maior autonomia económica face aos Estados Unidos da América, o que passará pelo reforço das relações com a União Europeia e algumas potências asiáticas, como o Japão, a Índia e a China, para além de um maior investimento em África e relações mais abertas e cooperantes com a Rússia e o mundo islâmico, de Marrocos ao Bali, de Hamburgo a Moçambique.

Em suma, as linhas de progresso na coesão social interna e na afirmação mundial da União Europeia poderão passar pela utilização das diferentes possibilidades institucionais e de maior participação democrática abertas pelo Tratado de Lisboa, pelo avanço no sentido da Governação Económica Europeia, por uma maior atenção às questões do emprego e outras de carácter social, por um alargamento gradual, ponderado e equilibrado aos atuais candidatos a membros da União, por uma maior coerência e capacidade de iniciativa na afirmação internacional, bem como pela liderança assumida nas políticas energéticas, climáticas e ambientais. Se cumprir tudo isto, a União Europeia poderá satisfazer não só as ambições essenciais das suas cidadãs e cidadãos, bem como muitas expectativas dos seus amigos e parceiros em todo o Mundo.

Mas, se o caminho europeu passar essencialmente pela sucessiva repetição, em diversos Estados-membros, de ineficazes políticas de austeridade, pelo gradual desmantelamento dos aspetos mais positivos do Estado Social, por uma forte recessão económica, pelo aumento do desemprego, pela recusa da emissão de títulos de dívida pública europeia, pelo estrangulamento de muitas autarquias e pela incompreensão (em numerosos países) das genuínas aspirações populares, a União

- 140 Europeia não conseguirá cumprir os projetos acalentados por personalidades como Jean Monnet, Robert Schuman, Helmut Kohl, François Mitterrand, António Guterres e Francisco Seixas da Costa, entre outros europeus de grande dimensão.

Bibliografia

- Delors, J.; Aubry, M.; Mikhailov, A. (2011). *L'Europe XXL*. Lille: La Contre Allée.
- Ferreira, J.H. (2012). *A Europa – Hoje e o Futuro*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Leonard, D. (2010). *Guide to the European Union: The Definitive Guide to All Aspects of the EU*. 10th ed. London: The Economist/Profile Books.
- Roth, F. (2008). *Robert Schuman: du Lorrain des Frontières au Père de l'Europe*. Paris: Fayard.
- Valério, N. (2010). *História da União Europeia*. Lisboa: Editorial Presença.